



Ata 06/2022

**Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de
Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul – COMIRAT/RS
Reunião Ordinária Julho**

Data: 14/07/2022 às 14h

Local: Microsoft Teams

Presentes:

1. Aline Guimarães – Defensoria Pública do Estado (DPE)
2. Aldaisa Santos – Prefeitura de Caxias do Sul
3. Amanda de Souza Prestes – Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo do Rio Grande do Sul
4. Anelise Dias - Organização Internacional para as Migrações
5. Ângela Maria –
6. Bibiana Waquil Campana – Presidente do COMIRAT/RS, Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo do Rio Grande do Sul
7. Bruna Roth – Prefeitura de Caxias do Sul
8. Carlos Roberto Goes – Secretaria Estadual de Saúde (SES)
9. Claudete Lodi Rissini – Serviço de Acolhida e Orientação ao Migrante, Estação Rodoviária de Porto Alegre
10. Eduarda Heineck – Estagiária da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS)
11. Elton Bozzetto – Cáritas RS e Fórum Permanente de Mobilidade Humana do RS
12. Fabiana Trevisan – Secretaria Municipal de Assistência Social - Santana do Livramento
13. Felipe Teixeira Neto – Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
14. Flávia Faermamm – Comissão Permanente de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado (CDH/PGE)
15. Geruza Maron – CREAS/Chuí
16. Giuliana Redin – UFSM/CSVM Santa Maria
17. Greize Pohlmann – Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC)
18. Gustavo Schmidt – Defensoria Regional de Direitos Humanos (DRDH/DPU)
19. Hector Lopez – Cruz Vermelha Brasileira
20. Henrique D. Barros – Núcleo de Apoio e Assessoria a Refugiados e Imigrantes da UniRitter (NAARI)
21. Henry Pérez López – Cooperativa Habitacional Migrantes do Sul (Cohmisul)



22. Helena Maria Forgiarini Martins – Secretaria Estadual de Educação (SEDUC)
23. Irmã Jakeline Danette – Serviço de Acolhida e Orientação ao Migrante, Estação Rodoviária de Porto Alegre
24. Joice Kaefer – Secretaria da Segurança Pública (SSP)
25. Joseane Schuck – Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP)
26. Leonardo Marmontel – CIBAI Migrações
27. Laura Dantas – Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)
28. Loiva Serafini – Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
29. Luciana Lee – ONG Cirandar
30. Raquel Barcellos – Núcleo de Apoio e Assessoria a Refugiados e Imigrantes da UniRitter (NAARI)
31. Simone Pena – Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social (SICDHAS)
32. Susiane Mendonça – Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/SINE)
33. Valesca Teles Souto Ribeiro – Coordenadoria de Igualdade Racial e Migrantes de Canoas
34. Wagner Crizel – Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS

Pautas:

Bibiana Campana (SJSPS) agradece a presença de todos/as, inicia a reunião apresentando os novos estagiários do COMIRAT/RS, Jorge João e Eduarda Heineken. Felipe Teixeira Neto se apresenta como novo representante do Ministério Público do Rio Grande do Sul no comitê.

1. Informes

- a. Bibiana Campana (SJSPS) informa sobre a realização da **2º Reunião do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Migrantes e Refugiados**, uma iniciativa proposta pelo COMIRAT/RS em parceria com o ACNUR. Essa edição será na modalidade presencial, sediada pelo comitê do Rio Grande do Norte, em Natal, no dia 26 de julho. O comitê será representado por ela e por Elton Bozzetto (FPMH/RS), conselheiros pelo poder público e pela sociedade civil, respectivamente.
- b. Bibiana Campana (SJSPS) informa que foi promovida **oficina de fortalecimento da rede de enfrentamento de tráfico de pessoas** entre os dias 05 e 06 de junho, proposta pela Secretaria de Segurança Pública e a Organização Internacional para as Migrações - OIM e organizada em



- parceria com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. O espaço teve como intuito articular e fortalecer a rede e qualificar os diferentes atores para o atendimento às vítimas de tráfico de pessoas. Relata que participaram atores convidados do poder público e da sociedade civil.
- c. Joice Kaefter (SSP) informa que o dia 30 de julho, é conhecido, nacional e internacionalmente, como o **“Dia de Enfrentamento ao Tráfico De Pessoas”**. Em razão disso, a Secretaria de Segurança Pública estará realizando ações em aeroportos, rodoviárias e no centro de migrantes de Porto Alegre para a distribuição de panfletos e folders informativos.
- d. Loiva Serafini (CCDH/ALRS) informa sobre a campanha de **combate à Fake News** promovida pela Justiça Eleitoral e apoiada pela Assembleia Legislativa, com a finalidade de conscientizar e auxiliar os eleitores no combate à desinformação. Acrescenta que a Assembleia Legislativa do RS, por intermédio da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, em conjunto com o Tribunal Regional Eleitoral assinou um termo de cooperação a fim de adotar medidas de combate à Fake News. Solicita o apoio de todas/os para ampliação da divulgação.
- e. Henry Perez (COHMISUL) informa sobre a realização de evento de lançamento de **pré-projeto habitacional da COHMISUL no dia 8 de julho**. Relata que a cooperativa ainda está buscando uma área para estruturação do projeto, mas que já foi criada uma vaquinha virtual - convida a todas/os para contribuir e divulgar. Hector Lopez (Cruz Vermelha) esclarece que têm como horizonte a estruturação de sub cooperativas, através do CNPJ da COHMISUL, visando a ampliação dos trabalhos para outros municípios.
- f. Bibiana Campana (SJSPS) informa que o Ministério Público do Trabalho promoveu, em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho, o **Seminário Intermunicipal de Capacitação da Rede de Atendimento às Pessoas Resgatadas em Condições de Trabalho Escravo Contemporâneo e Vítimas de Tráfico de Pessoas, no dia 7 de julho às 13h30**. Geruza Maron (CREAS/Chuí) pontua que os temas mencionados são questões inerentes da fronteira que recorrentemente ocorrem situações onde o migrante é refugiado no Uruguai, mas acaba trabalhando no Brasil em situações análogas à escravidão. Nesse caso, o migrante acaba ficando inseguro de realizar a denúncia, pois sua região de refúgio se encontra no Uruguai, o que resulta num limbo, não sendo efetivados os seus direitos fronteiriços. Salaria que a legislação fronteiriça não é muito clara dentro do território brasileiro em relação à migração. Joice Kaefter (SSP) informa que essa situação ocorre de forma inversa, onde a área de refúgio é no Brasil, mas o migrante trabalha no Uruguai. Refere que o órgão responsável por



acompanhar esses casos é a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e compartilha que havia uma ideia de criar um grupo com as inteligências da polícia e da ABIN, mas que, no entanto, foi informado na época que seu foco era no tráfico internacional de pessoas e não interestadual. Sugere convidar a ABIN para trazer um breve relato de como procedem na sua rotina em casos de tráfico de pessoas. Bibiana Campana (SJSPS) informa que a instituição já compõe o COMIRAT/RS enquanto membro. Hector Lopez (Cruz Vermelha) ressalta que a insegurança do migrante de denunciar é por acreditar que estando com os documentos irregulares será deportado. Bibiana Campana (SJSPS) sugere a promoção de uma campanha de conscientização e a organização de espaço de diálogo entre os atores que fazem o atendimento direto aos migrantes fronteiriços para esclarecimento referente às políticas sociais e questões jurídicas, podendo ser um espaço remoto ou mesmo de forma presencial, se colocando à disposição de ir até os municípios.

- g. Ir. Claudete Rossini (Serviço de Acolhida e Orientação ao Migrante) convida a todas/os para comparecer **nos dias 22 de junho, das 19h às 21h, e 23 de junho, das 08h30 às 10h30, em treinamento sobre regularização migratória**. Espaço este, promovido pelas Irmãs Scalabrinianas em parceria com o NAARI/Uniritter.

2. Ocupação Farroupilha

Bibiana Campana (SJSPS) informa que participou de uma audiência pública convocada de forma extraordinária pela câmara dos vereadores de Porto Alegre referente a **ameaça de remoção de parte da Ocupação Farroupilha**, localizada na vila Asa Branca, na Zona Norte de Porto Alegre, no Bairro Sarandi, onde residem em torno de 70 famílias, sendo 50 delas venezuelanas e 20 brasileiras. Relata a equipe da SJSPS visitou o local no dia 1 de julho, momento em que foram informadas que muitas das famílias venezuelanas vieram interiorizadas pela modalidade institucional, abrigadas no Aldeias Infantis SOS, e que, encerrado o período que estava previsto de acolhimento e acompanhamento daquela instituição, acabam por vezes continuando a residir no território por conta dos vínculos a serviços da saúde, assistência social e educação na região. Laura Dantas (ACNUR) faz a ressalva de que, conforme levantado pela organização, se tratam de migrantes que estão chegando na ocupação de forma espontânea, em virtude de vínculos familiares e comunitários, sendo somente 6 famílias egressas do Aldeias Infantis SOS. Bibiana Campana (SJSPS) pontua que foi promovida reunião entre os atores que sabidamente estavam incidindo na situação no dia 6 de julho, entre eles SJMR, COMIRAT-POA e ACNUR a fim de pensar a promoção de estratégias conjuntas. A equipe da SJSPS encaminhou para anexação ao processo manifestação assinada pela Secretária Adjunta de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo e uma nota técnica assinada de forma conjunta pelas presidências do COMIRAT/RS e COMIRAT/POA e pela Diretora do do Departamento de Justiça da SJSPS ressaltando a gravidade e todos os desdobramentos



prejudiciais que aconteceriam se essas famílias fossem removidas do local. Também a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e o Conselho Estadual de Direitos Humanos encaminharam manifestações destacando que a determinação desrespeita a decisão do STF a respeito da suspensão de remoções no período de pandemia. Bibiana Campana (SJSPS) pontua que recebeu a informação do advogado responsável pelo caso a respeito de **despacho que suspende a reintegração de posse até outubro de 2022**. Felipe Teixeira (MP/RS) prontifica-se em buscar mais informações para trazer alternativas viáveis que melhor auxiliem na demanda, buscando pensar alternativas de acesso à moradia digna a longo prazo.

3. Atualizações sobre certificações do migracidades

Bibiana Campana (SJSPS) informa sobre os andamentos da certificação da governança migratória do Rio Grande do Sul, relatando que o migracidades está, concomitantemente, na etapa de **monitoramento do processo de certificação do ano 2021**, onde é realizada avaliação das ações prioritárias do ano passado, e na etapa de diagnóstico do ano de 2022. Em diálogo com a certificação, foi convocada nova reunião do **GT Executivo Estadual** para o dia **20 de julho, quarta-feira, às 10h**. Apesar de atualmente, conforme a estrutura institucional, a pauta das migrações internacionais encontrar-se no âmbito da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, entende-se importante o fortalecimento da governança e estratégias locais e intersetoriais para o trato do tema no estado.

4. Modalidade das reuniões do COMIRAT/RS

Bibiana Campana (SJSPS) relembra que desde o início da pandemia as reuniões do COMIRAT/RS vêm sendo realizadas de forma remota, e questiona ao comitê sobre o retorno da modalidade presencial ou se seria viável a realização das reuniões de forma híbrida. O comitê de forma unânime opta pela modalidade híbrida, entendendo a importância da opção presencial, mas também compreendendo as limitações dos membros que necessitam da modalidade remota para compor o comitê, em razão da distância.

5. Apresentação e avaliação da III Semana Estadual do Migrante

Bibiana Campana (SJSPS) apresenta o relatório de atividades da III Semana Estadual do Migrante, evento que ocorreu entre os dias 20 e 24 de junho de 2022, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e tratou de temas como o fortalecimento de políticas públicas a partir da presença de mediadores interculturais e da instituição de centros de atendimento especializado a migrantes, além do compartilhamento de experiências de municípios que possuem políticas e comitês municipais instituídos. Também, foi discutido como a raça e etnia são fatores condicionantes dos processos de mobilidade humana, de forma a buscar qualificar o atendimento de ponta e incitar a formulação de políticas e projetos que considerem as particularidades destas experiências. Ainda, compôs a programação a promoção de atividades voltadas para a população migrante, tais como o mutirão de regularização migratória, junto à Polícia Federal, e o dia de atendimento especializado para migrantes em agências SINE em todo o estado. O encerramento foi



celebrado com a apresentação de proposta da minuta da Política Estadual para Migrantes, elaborada pelo Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul (COMIRAT/RS), de forma que fosse promovida consulta pública a respeito do documento. O evento foi transmitido através do canal de Youtube e canal de televisão da Assembleia Legislativa. Foram as entidades parceiras da organização do evento a Organização Internacional para as Migrações, o Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações - CIBAI Migrações, o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados - SJMR, o Espaço Mundo de Esteio, a Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social - FGTAS e a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul - CCDH/ALRS. O comitê traz um feedback positivo relatando que foi um evento que propiciou debates enriquecedores e encaminhamentos significativos para os temas de migração e refúgio. Ao final, Helena Martins (SEDUC) sugere que para a próxima edição sejam promovidos espaços fora do horário comercial para que haja mais representatividade de migrantes. Também sugere que se promova debates acerca da educação. Esgotados todos os apontamentos, encerra-se a reunião.